

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA M. DIAS
BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS**

ENTRE

M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS,
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
na qualidade de Agente Fiduciário

Datada de

6 de fevereiro de 2012

12/02/12

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA M. DIAS
BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS**

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

(a) **M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o n.º 20.338, com sede na cidade do Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116, km 18, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.206.816/0001-15, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, de outro lado, como agente fiduciário,

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão pública de debêntures simples da Emissora (“Debenturistas”, sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como “Partes”, e individualmente e indistintamente como “Parte”);

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente “*Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos.*” (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), que se regerá pelas cláusulas, termos e condições abaixo dispostos.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização do Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 30 de janeiro de 2012 (“RCA”), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA II

REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A presente Emissão, por não ter sido elaborado Prospecto da Oferta Restrita, está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") nos termos § 1º do Art. 25º, nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 09 de junho de 2010.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata da RCA que aprovou a Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais "Valor Econômico" e "O Povo", nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão levados a registro na JUCEC, em até 5 (cinco) dias contados de sua assinatura, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Em até 5 (cinco) dias úteis após os registros mencionados acima, uma via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através

da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme item 2.4.2. abaixo.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado (conforme definido abaixo), conforme disposto nos Artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora do disposto no Artigo 17 da referida Instrução.

2.4.3. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se a nova oferta for submetida a registro na CVM.

2.5. DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

2.5.1. A Emissora tem por objeto social (i) a industrialização e comércio de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, bolachas, massas e farinha de trigo; (ii) a fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas, óleos vegetais, sua importação e exportação; (iii) a importação, industrialização e comércio de trigo, de milho, de ração animal, de outros cereais e de mercadorias relacionadas às anteriores para revenda; (iv) a importação de matérias primas, materiais secundários e de materiais de embalagem; (v) a importação de máquinas, equipamentos, peças sobressalentes e de outros bens, destinados a uso próprio, bem como para venda, locação ou arrendamento; e (vi) a participação no capital de outras sociedades, no país ou no exterior, em empresas coligadas, controladas ou subsidiárias.

CLÁUSULA III **CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO**

3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em uma série única.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão será de até R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas até 150 (cento e cinquenta) Debêntures.

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente utilizados pela Emissora para reforço de capital de giro.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

3.6.1. O banco mandatário da Emissão das Debêntures é o **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária das Debêntures é a **ITAÚ CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

CLÁUSULA IV **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em observância ao plano de distribuição previamente

acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) e conforme estabelecido nesta Cláusula IV.

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"), sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, de acordo com o "*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em regime de melhores esforços, da 1ª Emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos*", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, em 6 de fevereiro de 2012 ("Contrato de Distribuição" e "Data de Início da Distribuição", respectivamente).

4.1.3. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos do Artigo 3 da Instrução CVM 476.

4.1.3.1. Para os fins desta Cláusula, serão considerados investidores qualificados, aqueles assim definidos pela Instrução CVM n.º 476 e pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM n.º 409"), quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Complementarmente ao exposto acima, para fins exclusivos das emissões realizadas com fulcro na Instrução CVM n.º 476: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas previstas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (em conjunto, "Investidores Qualificados").

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

4.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 17 de fevereiro de 2012 ("Data de Emissão").

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. CONVERSIBILIDADE, FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta, extrato em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirográficaria.

4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescidos da Remuneração (conforme definido no item 4.10) das Debêntures desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, sendo que a subscrição das Debêntures poderá ocorrer em qualquer momento a partir da data de início de distribuição e, dentro do prazo permitido pela regulamentação aplicável. A data de subscrição e integralização será a "Data de Liquidação".

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de fevereiro de 2015 ("Data de Vencimento"), observadas as hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme definido no item 4.12. abaixo, ou de Resgate Antecipado, conforme disposto no item 4.14. abaixo, ou de obrigação de compra das Debêntures no âmbito da repactuação, conforme disposto no item 4.15. abaixo.

4.8. ATUALIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.8.1. As Debêntures não serão atualizadas monetariamente.

4.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, em uma única parcela, na Data de Vencimento ou no Resgate Antecipado ("Data de Amortização").

4.10. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.10.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos

Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = Número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro.

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = *Spread* ou sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

$\text{Spread} = 0,5000$.

DP = É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

- O fator resultante da expressão $\left[1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right]$ deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" pelo "Fator Spread" com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.10.2. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.11. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.11.1. O pagamento da Remuneração será feito em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas, nas seguintes datas: (i) 17 de agosto de 2012; (ii) 17 de fevereiro de 2013; (iii) 17 de agosto de 2013; (iv) 17 de fevereiro de 2014; (v) 17 de agosto de 2014; e (vi) 17 de fevereiro de 2015 (“Datas de Pagamento de Remuneração”, sendo que a Data de Amortização e as Datas de Pagamento de Remuneração serão denominadas, indistintamente, “Datas de Pagamento”).

4.11.1.1. Fará jus à Remuneração o Debenturista que assim conste (i) nos controles da Instituição Depositária, ou (ii) na custódia na CETIP. Em qualquer dos casos, terá direito ao recebimento o Debenturista que, no encerramento do dia útil imediatamente anterior à data de seu pagamento, figurar como titular deste ativo.

4.11.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a que se refere o item 4.10.1 acima, a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.11.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis (“Período de Ausência da Taxa DI”) contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI a que se refere o item 4.10.1. acima quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas

nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.11.3.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.11.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível.

4.11.4.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam pertencentes aos seus controladores, direta ou indiretamente, ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

4.11.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio da Instituição Depositária para o Debenturista que não esteja com a Debênture em custódia eletrônica vinculada no SND.

4.12. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Vencimento Antecipado"):

- a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os titulares das Debêntures;
- b) falta de cumprimento pela Emissora de obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanadas em 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- c) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, salvo se aprovado previamente por titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceção feita à inclusão, em seu objeto social, de outras atividades, desde que de qualquer forma relacionada, similares ou complementares à atividade principal da Emissora;
- d) ocorrência de alteração societária que venha a resultar na mudança do atual controle acionário da Emissora;
- e) redução de capital social da Emissora, exceto decorrente de operação de redução de capital social por absorção de prejuízos acumulados;
- f) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia aprovação dos Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, envolvendo diretamente a Emissora;
- g) transformação da Emissora em outro tipo societário;
- h) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência para terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora das obrigações decorrentes dessa Escritura de Emissão;
- i) pedido de decretação de falência da Emissora não elidido no prazo legal;
- j) proposta pela Emissora a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou requerimento pela Emissora de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda, pedido de autofalência pela Emissora;
- k) protesto de títulos contra a Emissora, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 5 (cinco) dias, cujo valor seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora;
- l) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora, perante quaisquer terceiros, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- m) decisão judicial determinando a execução judicial de títulos contra a Emissora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se a Emissora liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou garantir o juízo;

- n) não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, caducidade ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para regular o exercício das atividades da Emissora e/ou por quaisquer de suas controladas e/ou controladoras;
- o) existência de sentença condenatória transitada em julgado em face da Emissora em razão de atos praticados pela Emissora e/ou por pessoas físicas atuando como administradores da Emissora, que importem discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente; ou
- p) alienação ou oneração de qualquer forma pela Emissora ou suas controladas, de ativos operacionais relevantes que durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora superior a 20% (vinte por cento).

4.12.1.1. Os valores indicados nas alíneas do item 4.12.1 acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE").

4.12.2. Observado o item 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (f), (i), (j), (k) (l) ou (m), do item 4.12.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora ("Vencimento Antecipado Automático").

4.12.3. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens acima, comunicar, no mesmo dia útil, o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

4.12.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (c), (d), (e), (g), (h), (n), (o) ou (p) do item 4.12.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, dentro de até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos Eventos de Inadimplemento, para que estes, em até 15 (quinze) dias após a convocação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas de cada série das Debêntures, possam deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures ("Deliberação sobre Vencimento Antecipado"), se assim for deliberado por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

4.12.5. Para fins da alínea (i) do item 4.12.1. acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências,

recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.13. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. Na ocorrência do Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16.

4.13.2. Caso ocorra o pagamento decorrente do Vencimento Antecipado, a Emissora deverá comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.14. RESGATE ANTECIPADO

4.14.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate total das Debêntures em circulação, desde que o resgate abranja simultaneamente a totalidade dos titulares das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado"). Caso a Emissora opte pela realização do Resgate Antecipado e desde que este obedeça as condições descritas no item 4.1.2 abaixo, o Resgate Antecipado será vinculativo a todos os titulares das Debêntures.

4.14.2. O Resgate Antecipado será realizado mediante comunicação ao Agente Fiduciário e à totalidade dos Debenturistas, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis da Data de Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, o qual deverá atender obrigatoriamente as seguintes condições: (i) o preço de resgate será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do Resgate Antecipado ("Preço de Resgate"); (ii) o pagamento será obrigatoriamente realizado em moeda corrente nacional, e (iii) o pagamento deverá ocorrer obrigatoriamente na Data de Resgate Antecipado, conforme abaixo definido.

4.14.2.1. O Resgate Antecipado deverá ocorrer em uma única data ("Data de Resgate Antecipado").

4.14.2.2. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado será realizada junto ao Banco Mandatário, fora do ambiente da CETIP. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente junto à CETIP, o procedimento de Resgate Antecipado deverá seguir os procedimentos definidos pela CETIP. Para tal, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão comunicar a CETIP com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da realização do Resgate Antecipado.

4.14.2.3. Não será admitido o Resgate Antecipado parcial.

4.15. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.15.1. As Debêntures serão repactuadas em 17 de fevereiro de 2013 ("Data de Repactuação Programada"), data após a qual irá vigorar a nova Remuneração das Debêntures até a Data de Vencimento, exceto se a Emissora optar por propor uma nova repactuação das Debêntures, conforme o disposto no item 4.15.1.1.

4.15.1.1. As Debêntures poderão ainda, a critério da Emissora, ser repactuadas em 17 de fevereiro de 2014 ("Data de Repactuação Opcional"), sendo que, nesta hipótese, a nova Remuneração das Debêntures irá vigorar da Data de Repactuação Opcional até a Data de Vencimento.

4.15.2. O Conselho de Administração da Emissora deverá deliberar sobre as condições da nova Remuneração das Debêntures que irá vigorar após a Data da Repactuação Programada ou a Data de Repactuação Opcional, conforme o caso ("Período da Remuneração Repactuada"). As condições de repactuação serão comunicadas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, pela Emissora aos Debenturistas por intermédio de correspondência escrita, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP ("Comunicado de Repactuação"), informando, ainda, o prazo para manifestação dos Debenturistas acerca das novas condições da Remuneração estabelecidas pela Emissora até 5 (cinco) dias úteis antes do início do Período da Remuneração Repactuada, informando as condições da nova Remuneração a vigor durante o Período da Remuneração Repactuada.

4.15.3. Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o Período da Remuneração Repactuada, os Debenturistas poderão entre a data de comunicação e o quinto dia útil anterior à Data de Repactuação, manifestar-se, por meio da CETIP ou na sede da Emissora, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Emissora. Caso não haja comunicação

das condições da Remuneração a que se refere o item 4.15.2 acima, fica ressalvada a possibilidade de ser requerido o Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.15.4. A Emissora se obriga a adquirir a totalidade das Debêntures dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora para o Período da Remuneração Repactuada. As Debêntures serão adquiridas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento, que deverá ocorrer na Data de Repactuação Programada ou da Data de Repactuação Opcional, conforme o caso.

4.15.5. As Debêntures dessa forma adquiridas pela Emissora deverão ser canceladas, devendo para tanto o cancelamento ser ratificado através de Aditamento a presente Escritura de Emissão.

4.16. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, a qual continuará incidindo sobre os valores em atraso, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a (i) multa moratória de 2% (dois por cento) e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente no SND. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária.

4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.20. PUBLICIDADE

4.20.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais "Valor Econômico" e "O Povo", utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, bem como no site (<http://www.mdiasbranco.com.br/ri/index.htm>), devendo encaminhar a cópia do fato relevante ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias a contar da data de sua publicação.

4.21. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.21.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido Debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado da sua remuneração os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou não gozasse da respectiva isenção tributária. Da data de envio desta correspondência até a data do efetivo pagamento, o Debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer Debenturista, não podendo negociar sua Debênture até a data posterior ao pagamento.

4.22. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.22.1. Caso a Emissão não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos utilizados pelos investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da Emissão, ou de sua revogação pelo investidor, caso aplicável, ficando,

porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão ou qualquer outro acréscimo.

CLÁUSULA V
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) na data que ocorrer primeiro entre o decurso de 90 (noventa) dias após o término do exercício social ou a data da efetiva divulgação, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (b) declaração do diretor da Emissora atestando sobre o fiel cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como atestando a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado, inclusive com relação às controladas e controladoras da Emissora, se aplicável;
- (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, declaração do diretor da Emissora atestando sobre o fiel cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como atestando a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado, inclusive com relação às controladas e controladoras da Emissora, se aplicável;
- (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.12. acima, em 01 (um) dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (iv) avisos aos Debenturistas, de fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (v) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra "b" abaixo;
 - (vi) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual a que se refere a Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para a sua disponibilização à CVM;
- (b) notificar no mesmo dia o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
 - (c) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
 - (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (f) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão;
 - (g) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário, Instituição Depositária, Agente Fiduciário e os serviços da CETIP;
 - (h) manter sua contabilidade atualizada, de forma precisa e completa, e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas");

no Brasil”), bem como sujeitar seus registros contábeis a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM;

- (i) fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Art. 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (j) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
- (k) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, conforme as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações;
- (l) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no Art. 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”);
- (m) franquear acesso ao Agente Fiduciário, durante o horário comercial, dos seus registros contábeis da Emissora, mediante solicitação feita pelo Agente de Fiduciário com 10 (dez) dias de antecedência;
- (n) manter as licenças e autorizações ambientais válidas e em vigor durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (o) informar o Agente Fiduciário, da data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado à Emissora, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional;
- (p) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas a sua operação, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como a informar ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 10 (dez) dias, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade; e

- (q) independente de culpa, ressarcir o Agente Fiduciário e os Debenturistas de qualquer quantia que eles sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas que este tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios incorridos pelo Agente Fiduciário, e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser utilizados os preços médios de mercado.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidos pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, se necessárias a critério dos Debenturistas;
- (c) despesas razoáveis de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

5.2.4. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere ao item 5.2. acima, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Excepcionalmente, em situações comprovadamente urgentes e necessárias para a salvaguarda dos interesses dos Debenturistas, o Agente Fiduciário poderá incorrer em despesas sem a prévia aprovação dos Debenturistas.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação; e

- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas, termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e Art. 10 da Instrução CVM 28, e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Art. 10 da Instrução CVM 28;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo

mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (i) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (k) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão unicamente com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora prestadas, fato com o qual os Debenturistas que subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (m) está ciente da regulamentação aplicável.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora neste Instrumento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

6.4.1 A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais), devida a primeira 5 (cinco) dias após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos aniversários subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso elas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

6.4.2. No caso de inadimplemento pela Emissora no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (ii) à implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) prazos de pagamento e

(ii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

6.4.3 As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem reembolsadas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação e pelos preços médios de mercado.

6.4.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.4.5. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito, ficando o valor do débito em atraso sujeito, ainda, a atualização monetária pelo Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”), incidente desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento calculado *pro rata die*.

6.4.7. As parcelas da remuneração referenciadas no item 6.4.1 acima serão atualizadas anualmente, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão. Na impossibilidade de utilização do IGP-M, será utilizado o índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento subsequentes, calculadas *pro rata die*, se for o caso. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.8. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEC, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar à Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro

da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão; e
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: a) denominação da companhia ofertante; b) valor da emissão; c) quantidade de debêntures emitidas; d) espécie; e) prazo de vencimento das debêntures; f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) sede da Emissora;
 - (ii) sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) CVM;
 - (iv) CETIP; e
 - (v) dependências do Coordenador Líder, conforme por estes indicado;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.12 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a satisfação dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 6.6. acima se, convocada a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação:

- (a) da unanimidade das Debêntures em Circulação da respectiva série, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o Evento de Inadimplemento acarretar um Vencimento Antecipado Automático (conforme item 4.12.2 desta Escritura de Emissão);
- (b) de Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, no caso da não tomada da medida a que se

refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o evento de vencimento antecipado for um dos indicados no item 4.12.4. desta Escritura de Emissão;

- (c) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada das medidas a que se referem as alíneas (b) e (c) do item acima; ou
- (d) de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (d) do item 6.6. acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas de ambas as séries para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser

alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, conforme disposto no item 6.8.3. acima, à Emissora. O valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.

6.8.5. O Agente Fiduciário, se substituído, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias após a sua efetiva substituição, cópia de toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções.

6.8.6. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.7. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deve ser averbado no registro (i) de comércio e (ii) de títulos e documentos, conforme disposto no item 2.3.1.

6.8.7.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

6.8.7.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que

permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão.

6.11. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.12. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA VII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, nos termos do Art. 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro do Art. 71 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário e nas Datas de Pagamento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; e (v) no item 4.12. (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.11.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas assim definidas no item 4.11.4 acima.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, conforme o caso:

- (a) a Emissora é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.
- (b) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração, os termos e as condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem seu estatuto social, conforme o caso; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral a que a Emissora esteja sujeita; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) tem todas as permissões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais que sejam relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e/ou em fase de renovação de sua validade;

- (f) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- (h) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (i) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1.973, conforme alterada;
- (l) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Restrita, e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão informações verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) as operações e propriedades da Emissora cumprem com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;

- (o) não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa ter um efeito material adverso à Emissora;
- (p) cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um efeito material adverso à Emissora.

8.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 8.1. acima.

8.3. Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Rodovia BR 116, km 18, s/n

Eusébio, CE, CEP 61760-000

Tel.: (85) 4005-5667

Fax: (85) 4005-5791

At: Sr. Geraldo Luciano Mattos Júnior

E-mail: geraldo@mdb.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br / juridico@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo, SP, CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sra. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a Instituição Depositária:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

São Paulo, SP CEP 04538-132

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sra. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP, CEP 01452-001

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

At: Gerência de Valores Mobiliários

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

e

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031-170

www.cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 10 (dez) dias após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado em até 2 (dois) dias úteis da referida mudança. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação da mudança de endereço serão arcados pela parte inadimplente.

CLÁUSULA X **DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. A publicação de editais e/ou avisos aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão ficará dispensada quando a totalidade dos Debenturistas estiver presente em Assembléia Geral de Debenturistas que delibere sobre a matéria objeto do edital e/ou do aviso.

10.2. Para os fins desta Escritura de Emissão, “dia útil” significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou um feriado nacional.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.5. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou

nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.6. A presente Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA XI

FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Eusébio, 6 de fevereiro 2012.

[Espaço intencionalmente deixado em branco.]

*(Página de Assinaturas 1/2 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures
Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, da M. Dias
Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, datada de 6 de fevereiro 2012)*

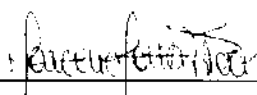
M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

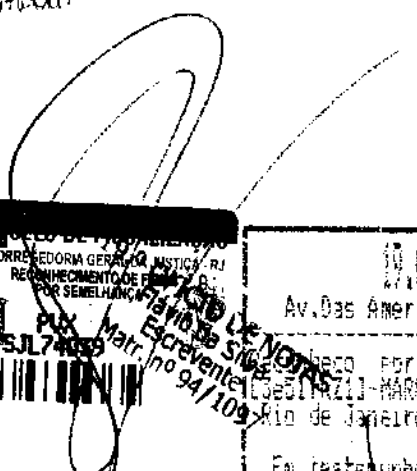
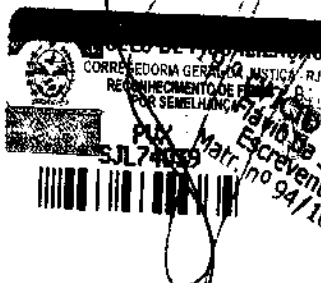
Nome: **Francisco Ivens de Sá Dias Branco**

Cargo: **Diretor Presidente**

(Página de Assinaturas 2/2 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, datada de 6 de fevereiro 2012)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Marcelle Santoro**
Cargo: **VELOCIDADE**



OFÍCIO DE NOTAS
Av. Das Américas, 3939 Bl.1 15.N. RJ
Pelo(s) abaixo por semelhante(s) a(s) firma(s):
13531111-MARCELLE NOTIVA SANTORO.....
Rio de Janeiro, 07 de Fevereiro de 2012
Em testemunho da verdade.
FLAVIO DA SILVA
ASA-ESCREVENTE
Valido somente com selo de Fiscalizacao
Tab.7.30.36,Tab.1.10.56,Tab.1.93.41
Feti.0.86,Fundres.0.21,Fundres.0.21
Total R\$ 5,61

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF: